

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 22/01/2010 Edição nº50

# Ainda é complicada a negociação entre vigilantes de Rondônia e Vigher

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), antiga DRT, realizou na manhã desta quinta-feira (21) uma mesa de entendimento, sob a presidência do superintendente interino da SRTE, André Veiga da Silva, com as presenças do representante do Ministério Público do Trabalho (MPT), procurador do trabalho Gustavo Luís Teixeira Chagas, do presidente da CUT Itamar Ferreira, de diretores do Sindicato dos Vigilantes (SINTESV) e de representantes da Empresa de Vigilância VIGHER; além de contratantes da empresa.

André Veiga informou que a chamada "mesa de entendimento" é um dos instrumentos de que dispõe a SRTE para tratar de situações de maior gravidade e complexidade que envolvem o descumprimento de obrigações trabalhistas, como é o caso da

VIGHER, que reiteradamente vem atrasando salários, auxílio alimentação, férias, 13º salário e vale transporte; além de possíveis irregularidades no recolhimento de FGTS e INSS.

O representante legal da VIGHER não compareceu, alegando motivo de saúde. A empresa enviou apenas um gerente e um advogado que não tinham poderes para negociar uma solução. Por causa da ausência do representante legal, uma nova reunião em mesa de entendimento foi designada para a próxima terça-feira (26), quando a empresa deverá enviar um representante com poderes específicos para assumir compromissos.

Durante a reunião, o procurador do trabalho informou a existência de procedimentos e ações judiciais no MPT sobre os problemas da VIGHER, em Rondônia e no Acre. O SINTESV

confirmou as denúncias e a auditora fiscal Temis Cordeiro relatou sobre a frequência deste tipo de reclamações em torno de empresas de vigilâncias e de limpeza e conservação.

Para a CUT, a situação é grave e muitas vezes decorre dos processos de contratação e licitações em que os contratantes analisam apenas o menor preço na hora de contratar uma empresa terceirizada. Essas contratações, segundo a entidade sindical, não levam em consideração a convenção coletiva da categoria e a legislação trabalhista. O resultado é que nem sempre as empresas contratadas têm condições econômicas de cumprir efetivamente o contrato.

Com informações do Rondônia Dinâmica

#### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira  
Jornalista responsável: Giselle Chassot RP - 2042/DF  
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: [www.vigilantecntv.org.br](http://www.vigilantecntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3225-9683  
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11  
Brasília - DF